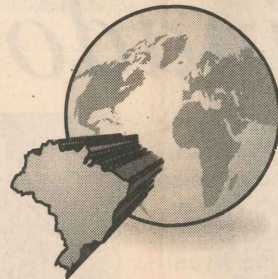


Na segunda parte da série de matérias que focalizam o Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, do Ipea e da ONU, A GAZETA aborda os novos condicionantes do crescimento e os desafios que vão se impor ao país nos próximos anos.



Os condicionantes são fundamentalmente demográficos e sinalizam para uma situação em que a população vai ficando mais velha, o que exigirá mais investimentos em saúde e previdência. A série prossegue amanhã com as opções estratégicas.

Brasileiros estão vivendo mais e têm menos filhos

Friederick Brum

Quem observa as ruas de qualquer grande cidade brasileira numa segunda-feira como hoje, vê apenas pessoas correndo apressadas de um lado para outro. Parece que nada muda: gente indo e voltando do trabalho, camelôs, muitos carros e ônibus. Não dá para perceber que as pessoas que formam a multidão são parte de uma profunda transformação que vem ocorrendo no padrão demográfico brasileiro e que representará um impacto importante sobre a infraestrutura e serviços públicos no futuro. Saúde, habitação, saneamento, urbanização, previdência social, tudo vai ter que ser adaptado ao novo padrão.

Esse padrão demográfico está sempre mudando, às vezes menos, às vezes mais. Na nossa história recente, as mudanças mais significativas têm ocorrido a partir do fim da década de 60, como resultado da redução da taxa de mortalidade infantil a partir da década de 40, conforme o estudo da ONU. Isto fez com que a população tivesse ampliada a chamada esperança de vida ao nascer, de 41 anos em 1930, para 54 anos em 1960. Não é uma simples estatística: significa que um brasileiro tinha chance de viver 13 anos mais se nascesse em 1960, ao invés de 1930.

Um outro fenômeno importante foi a pequena queda na taxa de fecundidade, que passou no período de 6,5 para 5,8, em contraste com as tendências de queda mais forte, observadas no restante do mundo. Novamente, não é apenas uma estatística. Significa que cada mulher brasileira em

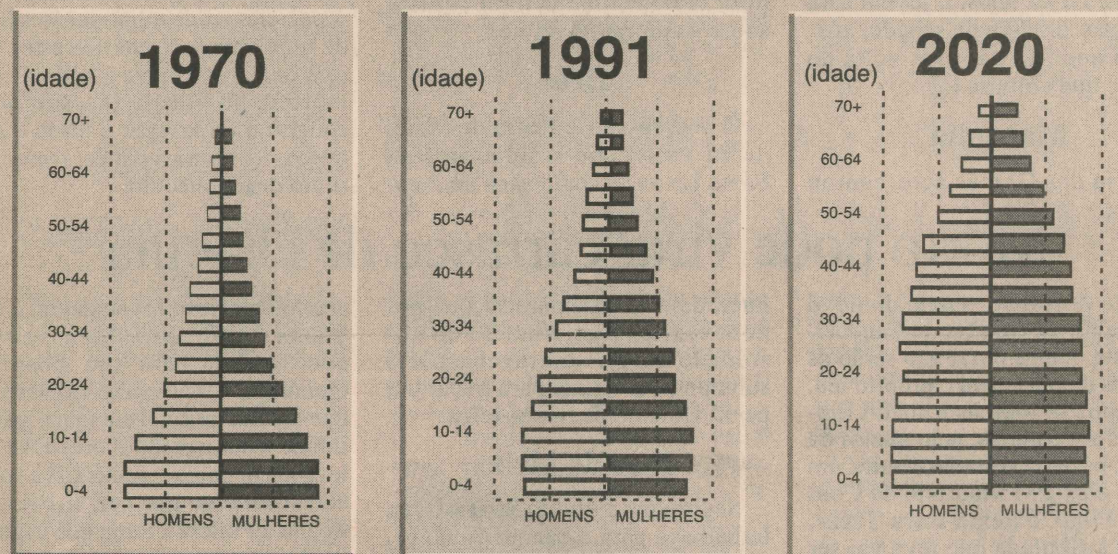
idade fértil, de uma média de 6,5 filhos durante toda sua vida reprodutiva, passou a ter 5,8. É quase um filho a menos no decorrer de uma vida. A associação de uma maior esperança de vida com taxa de fecundidade ainda alta, fez com a taxa de crescimento da população passasse de 2,4% ao ano, na década de 40, para 2,9% na década de 60.

A maior implicação desse crescimento foi que o Brasil varou o ano de 1970 com uma população jovem, de menos de 20 anos, representando mais da metade de sua população total. De lá para cá, as mudanças foram mais rápidas e substanciais. A esperança de vida ao nascer cresceu para 66,3 anos em 1991, na média brasileira. A fecundidade caiu progressivamente para 4,3 em 1975, para 3,6 em 1984 e para um número que deve ter ficado entre 2,4 e 2,9 em 1990.

A moral dessa história é que estão nascendo proporcionalmente muito menos brasileiros que antes, e os brasileiros já nascidos, estão amadurecendo. Entre 1970 e 1991, a parcela de brasileiros com menos de 15 anos caiu de 45% para 35%, enquanto a de brasileiros entre 15 e 65 anos aumentou de 54% para 60%. Este é um fenômeno típico dos países desenvolvidos.

Para ilustrar o fenômeno, os estatísticos criaram uma coisa chamada pirâmide etária. Quando mais jovens há numa população, maior é a base da pirâmide. À medida que a população vai envelhecendo, a pirâmide vai se tornando mais larga em direção ao topo. Como se vê no gráfico ao lado, o Brasil dos anos 70 era demograficamente muito diferente do Brasil de 1991, e este será por sua vez muito diferente do Brasil do ano 2020. Estamos ficando velhos.

PIRÂMIDE ETÁRIA





O salário menor pago à mulher faz com que ela concentre muito mais pobreza que os trabalhadores do sexo masculino

Mulheres ganham só 63% dos salários dos homens

O estudo da ONU revela um quadro assustador em relação ao gênero feminino no Brasil: os salários pagos à mulher trabalhadora são em média 63% do salário dos homens. Segundo o estudo, a situação da mulher pode ser ainda pior, devido às especificidades da coleta de informações realizada pelo IBGE, que mede o salário da mulher casada num padrão per capita familiar. Assim, se o marido ganha mais, seu salário puxa estatisticamente para o alto o salário da companheira.

A situação das mulheres que são chefes de família é pior porque, nesta condição, elas geralmente vivem sem marido e têm filhos sob sua responsabilidade. Isto ocorre em 80% dos casos em que a mulher é negra ou mulata. Quando se trata de família de mãe pouco escolarizada e com filhos pequenos, a situação é ainda pior. Dados de 1989 revelam que as famílias chefiadas por mulheres e com filhos abaixo de 14 anos representavam 58% das famílias com até meio salário mínimo de rendimento

mensal per capita.

Em decorrência dos baixos salários, nas famílias compostas por mães e filhos apenas, as crianças entram muito cedo no mercado de trabalho, o que resulta em mau aproveitamento na escola e em alto índice de repetência. Quase todas as crianças abandonam a escola muito cedo e não chegam exatamente a se alfabetizar. Entre 1980 e 1991, a população de zero a 17 anos vivendo em domicílios chefiados por mulheres aumentou de 9% para 13% do total.

A mulher tem mostrado uma capacidade muito grande de participar do mercado de trabalho. Em 1990, 39% das que tinham entre 15 e 65 anos tinham trabalho remunerado. Dez anos antes, o número era de apenas 33%. No entanto, sua presença em posições de liderança e atividades de alto poder decisório é ainda muito limitada. Nos anos 30, o país teve apenas duas deputadas federais. Entre 1950 e 1970, o número cresceu para quatro deputadas federais e uma senadora. Em 1994, a Câ-

mara dos Deputados passou a contar com 6,8% de mulheres e o Senado com 6,2%.

Magistério e saúde

Apesar disto, as mulheres têm um desempenho melhor que os homens no primeiro e segundo grau concluem o curso mais que eles, tendo ainda um índice menor de evasão e repetência. Em 1990 as mulheres eram 52% dos alunos nas universidades brasileiras.

Elas se encaminham normalmente para cursos na área do magistério e saúde. Metade das mulheres está empregada em ocupações que utilizam menos de 5% de mão-de-obra masculina. Metade dos homens trabalha em ocupações que utilizam menos de 5% da mão-de-obra feminina.

Metade das mulheres que trabalhavam em 1990 estava no mercado informal que, pela sua flexibilidade de horários e jornadas mais curtas, é mais compatível com as responsabilidades domésticas.

Vida no ES se compara a país desenvolvido

Saúde exigirá mais recursos; educação e trabalho, menos

Ao se comparar os níveis sócio-econômicos dos estados brasileiros, algo salta aos olhos: os capixabas têm a maior esperança de vida de todo o Sudeste brasileiro, que é a região mais desenvolvida do país. Vive-se mais no nosso Estado (71,4 anos) que em São Paulo (68,9 anos), Rio de Janeiro (68,8 anos) e Minas Gerais (68,3 anos), conforme dados do estudo da ONU.

O Espírito Santo só perde do Rio Grande do Sul, campeão em desenvolvimento humano, com 74,6 anos, e estranhamente do Amapá, com 73 anos, e de Roraima, com 75,8 anos. A comparação com outros países revela surpresas ainda maiores: o Espírito Santo está incluído, pela perspectiva de esperança de vida, entre os países com maior índice de desenvolvimento humano, que estão acima de 69,5 anos.

O Espírito Santo também ganha de todo o Sudeste na redução da mortalidade infantil. As estatísticas do estudo da ONU se referem a 1980, mas já naquele ano o Estado apresentava uma taxa de 56 mortes por 1000 nascimentos, contra 57 em São Paulo, 68 no Rio de Janeiro e 70 em Minas Gerais.

Na confrontação com outros estados do Brasil, perde apenas do campeão Rio Grande do Sul, que tinha 44 mortes, e, estranhamente, de novo, de Roraima, que tinha 39 mortes, e Amapá, com 51 mortes. Neste item, se fosse um país independente, o Estado estaria entre os

países com médio índice de desenvolvimento humano.

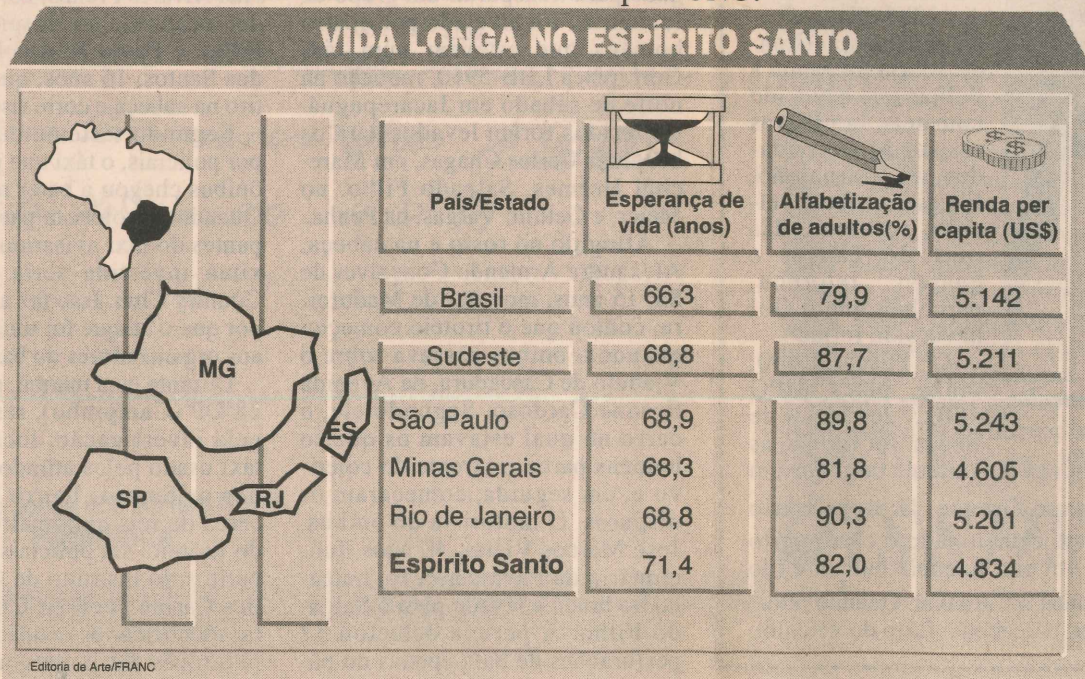
Educação

O mesmo não acontece com a educação, onde o Espírito Santo tem taxas que se igualam ou perdem de outros estados, tanto do Sudeste como de outras regiões. Considerando-se a taxa de alfabetização de adultos apontada pelo Censo de 1991, e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino, no entanto, o Estado estaria muito mais próximo dos países de alto índice de desenvolvimento humano

que dos de índice médio.

Apesar de haver crescido na última década, a taxa de escolarização de crianças e adolescentes no Brasil ainda é reduzida: era de 73% para a faixa compreendida entre 5 e 17 anos em 1990. Quanto à mortalidade infantil, estima-se que a taxa esteja hoje em torno de 40 mortes antes de um ano por cada 1000 crianças nascidas vivas.

Algumas estatísticas brasileiras, tomadas como referência pelo Ipea, não guardam a precisão necessária para comparações com outros países referidos pela ONU.



A mudança do padrão demográfico da população brasileira terá que ser considerada nos planos de governo e nas políticas sociais que a partir de agora forem traçadas. A primeira idéia que vem à mente é que, com um número proporcionalmente maior de velhos, vai ter que investir pesado em hospitais e previdência social, e que isto vai significar um ônus adicional para as finanças públicas. Isto é verdade, mas há um outro lado na moeda que se chama educação e trabalho. Ora, se há proporcionalmente mais velhos, há, também proporcionalmente, menos jovens. Isto quer dizer que investimentos em educação poderão ser menores, e poderão compensar os gastos adicionais com saúde.

O estudo da ONU lembra que o sistema educacional, que na década de 70 precisava crescer no mínimo 3% ao ano, poderá se expandir bem menos a partir de agora. É possível imaginar que pelo menos parte dos recursos que eram utilizados com a expansão física da rede de ensino, contratação de novos professores, merenda escolar, possa ser desviado para melhorar a qualidade do ensino já existente, especialmente para pagar melhor os professores.

No trabalho, é preciso raciocinar que continuará havendo um crescimento de 2,4% ao ano, mais ou menos, durante esta década de 90, na

população de 15 a 64 anos, que estão em idade economicamente ativa, mas que a partir daí esse crescimento tenderá a diminuir. Em outras palavras, isto quer dizer que haverá necessidade de uma menor expansão na oferta de emprego, o que aliás coincide com uma outra tendência que acompanha o processo de globalização.

Prevê-se que os diversos grupos etários crescerão a taxas diferentes, baixas para as faixas mais jovens, onde há a possibilidade até de serem negativas. Assim, haverá, pelo menos teoricamente, mais possibilidades de emprego para a população jovem. Mais emprego, menos trabalhadores, dá como resultado salários maiores, pela velha e conhecida lei da oferta e da procura.

O quadro desenhado a partir da mudança do padrão demográfico da população brasileira pelo estudo da ONU oferece perspectivas mais favoráveis que desfavoráveis. Se o governo se preocupar em prover educação, saúde e previdência social às faixas de menor poder aquisitivo, o setor privado poderá se ocupar com eficiência das faixas mais bem aquinhoadas, pagando-lhes salários mais elevados. Afinal, trabalhadores mais bem educados e saudáveis vão ser, a partir de agora, uma exigência fundamental para o crescimento econômico.